

briefing

Colômbia

Liberdade de religião ou crença e liberdade de consciência

PARA USO PÚBLICO

FEVEREIRO (2016)

TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS: ANAJURE/BRASIL



**CHRISTIAN
SOLIDARITY
WORLDWIDE**
VOICE FOR THE VOICELESS

PO Box 99, New Malden,
Surrey KT3 3YF

T: 0845 456 5464

E: admin@csw.org.uk

W: www.csw.org.uk

REGISTERED CHARITY NO. 281836

Índice

1. Sumário Executivo.....	4
2. Recomendações.....	5
2.1. Ao governo da Colômbia:	5
2.2. Aos atores armados	6
2.3. Ao governo dos Estados Unidos	6
2.4. À União Europeia e aos Estados Membros da União Europeia.....	7
3. Contexto.....	9
4. Restrições sobre a liberdade de religião ou crença	11
5. Ataques contra líderes religiosos	13
6. Violações de liberdade de consciência	15
7. Violações de liberdade religiosa em comunidades indígenas	17
8. Conclusão	19

1. Sumário Executivo

A população da Colômbia é predominante cristã e diversos cidadãos participam de atividades religiosas regularmente sem qualquer impedimento. Entretanto, uma porcentagem significativa da população é submetida a sérias violações de direito de liberdade religiosa, crença e consciência. Para a maioria da população, essas violações ocorrem dentro de conflitos armados. Comunidades indígenas sofrem violações de seus direitos de liberdade religiosa, de crença e de consciência, e também têm seus direitos refreados pela própria Corte colombiana, a qual tem atuado em favor das autoridades tradicionais que buscam impor a uniformidade religiosa em suas comunidades.

Embora tenham ocorrido significativos avanços em termos do conflito, especialmente na forma de diálogo entre o maior grupo guerrilheiro de esquerda, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo (FARC-EP), e o governo; violações dos direitos humanos, incluindo ataques às populações civis e graves restrições à liberdade religiosa, continuaram ou até mesmo pioraram em muitas partes do país. O exército de Libertação Nacional e diversos grupos “neo-paramilitares”, a exemplo dos Urabeños, também conhecidos como Clan Usuga, estão se movendo e ocupando territórios até agora controlados pelas FARC-EP. Ambos são responsáveis por sérias violações de direitos humanos, incluindo violações de liberdade religiosa, de crença e consciência.

Parceiros da Christian Solidarity Worldwide na Colômbia continuam a documentar violações de direitos humanos vivenciadas por comunidades da fé, incluindo centenas de violações da liberdade religiosa, crença e de consciência. Líderes cristãos são alvos regulares de ameaças de deslocamentos forçados e assassinatos. Os mais jovens, incluindo a juventude cristã, continuam sendo forçados a participar de grupos armados ilegais, mesmo quando eles tentam declarar sua objeção de consciência, fundamentada em profundas crenças religiosas. Cristãos convertidos que tentam deixar os grupos armados são forçados a se esconder ou são mortos. Grupos armados ilegais continuam a impor severas restrições às atividades religiosas em diversas partes do país, em alguns casos até proibindo-as por completo. Igrejas geralmente são alvos de extorsão pelos grupos armados. Finalmente, em algumas comunidades indígenas, autoridades tradicionais são responsáveis por fechar prédios de religiões não convencionais, na tentativa de forçar os membros destas comunidades a voltar para as crenças e práticas religiosas tradicionais e forçar o deslocamento daqueles que se recusam a fazê-lo.

2. Recomendações

2.1. Ao governo da Colômbia:

- Assumir a iniciativa de garantir o respeito dos direitos relacionados à liberdade de religião, de crença e consciência. Isto inclui assegurar que esses direitos, tais como estabelecidos na Constituição da Colômbia e na Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José), a Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP), sejam garantidos a todos os habitantes e cidadãos da Colômbia;
- Estabelecer um modelo em respeito às regras de direitos, além de garantir que homens e mulheres que trabalham em favor do governo, incluindo líderes do governo, membros de serviços de inteligência, militares e membros da polícia, sigam rigorosamente o direito internacional humanitário e atendam aos padrões internacionais de direitos humanos, incluindo aqueles relacionados à liberdade de religião, crença e consciência;
- Por meio dos escritórios da Advocacia-Geral da União, iniciar e realizar investigações de assassinatos, ataques e ameaças feitas aos líderes religiosos, incluindo casos de desaparecimento forçados; além de oferecer segurança e proteção adequada para as testemunhas e quaisquer outros que denunciem violações de direitos humanos;
- Aumentar o auxílio e suporte às comunidades deslocadas internamente, além de ainda garantir que os governos regionais e locais sejam encarregados de angariar fundos e outras formas de auxílio para as Pessoas Deslocadas Internamente (PDI) por meio de seus escritórios e agências.
- Alocar recursos suficientes para dar prosseguimento a um efetivo suporte e proteção aos membros de grupos armados ilegais que concordem em abandoná-los como parte do processo de paz, e aceitem se engajar com grupos da sociedade civil a fim de criar programas com o intuito de amparar os desertores em seus processos de reintegração;
- Reconhecer o papel que os grupos “neo-paramilitares” têm nos conflitos e incorporar os atos destes grupos às estatísticas relacionadas aos conflitos globais, incluindo homicídios e desaparecimentos forçados;
- Realizar investigações sobre denúncias de ações entre grupos armados ilegais e oficiais do governo;
- Implementar mecanismos legais efetivos para a proteção das crianças que estão sob ameaça de recrutamento forçado por grupos ilegais armados ou as que já foram recrutadas forçadamente por esses grupos;

- Enquanto os diálogos de paz continuam e um novo diálogo está sendo iniciado pelo Exército de Libertação Nacional, combinar esforços para incorporar a sociedade civil, incluindo grupos religiosos majoritários e vítimas de atores dos conflitos com papel ativo nos diálogos. Verdade e justiça devem ser uma parte integral do acordo;
- Defender o direito de liberdade de consciência e deixar de punir indivíduos e comunidades que se recusem a participar de atividades contrárias às suas crenças e valores.

2.2. Aos atores armados

- Que abaixem as suas armas, cessem todas as atividades ilegais e busquem uma solução negociada para o conflito. Enquanto as hostilidades persistem, a Christian Solidarity Worldwide convoca todos os atores armados a respeitar e seguir as leis humanitárias de direito internacional e atender os padrões de direitos humanos;
- Todas as partes envolvidas nos conflitos devem buscar implementar medidas para garantir que a liberdade de religião, crença e consciência, bem como o respeito aos lugares de culto, sejam respeitados em todas as partes do país. Isso inclui permitir às igrejas, as quais têm sido forçadas a fecharem as suas portas, a reabrirem, garantindo os direitos das comunidades religiosas a se reunirem para fins religiosos em todas as partes do país;
- Parar de perseguir líderes de igrejas e permitir que eles realizem os seus trabalhos sem quaisquer impedimentos;
- Todas as partes envolvidas nos conflitos devem imediatamente parar de realizar recrutamento forçado de menores e adultos;
- Respeitar o direito de liberdade de consciência e deixar de punir indivíduos e comunidades que se recusem a participar de atividades ilegais ou atividades contrárias às suas crenças e valores.

2.3. Ao governo dos Estados Unidos

- Tomar medidas efetivas que reorientem a assistência externa direcionada à Colômbia para projetos que promovam a paz e o desenvolvimento em benefício da população civil e que não sirva para a assistência militar. A ajuda externa dos Estados Unidos deve apoiar o processo de paz e a implementação de acordos de paz;
- O auxílio para a reestruturação deverá incidir no retorno seguro e sustentável às terras dos deslocados e refugiados, incluindo o processo de remoção de minas das regiões; o oferecimento de suporte de integração para

as comunidades de deslocados que não desejam retornar para os seus lugares de origem; e o planejamento de programas alternativos de desenvolvimento econômico em parceria com as comunidades locais. No âmbito do programa de auxílio já existente, os Estados Unidos devem prover financiamento para o desenvolvimento de mais programas de proteção de direitos humanos, abrangendo líderes religiosos, comunidades reestruturadas e comunidades em situação de risco;

- Reconhecendo que aqueles que participaram dos atos violentos solicitarão apoio, a ajuda dos Estados Unidos também deverá apoiar a reintegração dos membros que deixarem os grupos armados ilegais e na prestação de serviços sociais, incluindo apoio psicológico e educacional, para as crianças-soldado;
- Desenvolver uma estratégia de auxílio que irá ajudar a prevenir o retorno à violência por meio de um suporte a um sistema jurídico fortalecido, uma comissão da verdade independente e um mecanismo independente de verificação de confissões e de cumprimentos de acordos de paz;
- Reconhecer que o papel de manter um diálogo com as comunidades religiosas colombianas, incluindo as organizações Protestantes e Católicas, associações de vítimas e organizações de civis no processo de reconciliação enquanto eles assistem às vítimas;
- Auxiliar na reintegração de ex-guerrilheiros, prestando apoio às crianças-soldado reestabelecendo as estruturas sociais de suas comunidades locais;
- Continuar a monitorar a liberdade de religião, crença e consciência na Colômbia no âmbito do Ato Internacional de Liberdade Religiosa e regularmente levantar esta questão perante o governo da Colômbia, encorajando o governo a tomar medidas proativas a fim de proteger a liberdade de religião, crença e consciência a todos os cidadãos colombianos.

2.4. À União Europeia e aos Estados Membros da União Europeia

- Enquanto as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo e o governo da Colômbia continuarem a dialogar em direção a um acordo de paz, a União Europeia deverá buscar meios de auxiliar este processo forçando as partes a incorporem aos acordos de paz as preocupações e direitos das vítimas de violações de direitos humanos cometidas por ambos os lados;
- Manter os valores substanciais de ajuda humanitária e desenvolvimento fornecidos à Colômbia anualmente, que em grande parte tem sido destinada aos "laboratórios de paz" e apoio aos deslocados, seja garantia também de ajuda ofertada que alcance na sua totalidade as populações almejadas;

- Encorajar o governo da Colômbia a buscar medidas efetivas de apoio às populações deslocadas;
- Embora reconhecendo os esforços que a União Europeia faz para se envolver com os representantes da sociedade civil na Colômbia, e em particular o seu comprometimento em apoiar os defensores dos direitos humanos no âmbito das Orientações da União Europeia sobre os Defensores dos Direitos Humanos, a União Europeia deve garantir que estas diretrizes sejam incorporadas nos diálogos entre diferentes organizações religiosas, incluindo as igrejas Protestantes e Católicas;
- Buscar medidas para aprimorar o auxílio de reabilitação das crianças-soldado, considerando as Diretrizes da União Europeia sobre as Crianças e os Conflitos Armados, e aumentar a assistência às agências e organizações que ajudam as crianças que fogem do recrutamento forçado dos grupos armados;
- Instruir as suas representações na Colômbia, incluindo a Delegação da União Europeia e as respectivas embaixadas dos seus Estados membros, a continuarem a alcançar grupos da sociedade civil, considerando as Orientações da União Europeia sobre os Defensores dos Direitos Humanos com a finalidade de garantir que eles estejam cientes destas diretrizes e sua implementação. A União Europeia deve considerar o fato de que os defensores de direitos humanos carregam a origem das documentações de violações de direitos humanos, e líderes comunitários incluindo líderes religiosos que trabalham em regiões voláteis, são particularmente vulneráveis, e também são aqueles que menos estarão cientes dessas políticas; e devem buscar formas de lidar com esse problema.

3. Contexto

No ano de 2015, o governo da Colômbia progrediu significativamente em termos de uma solução para o conflito que já perdura 50 anos, especialmente acerca da forma do diálogo em curso entre o maior grupo guerrilheiro de esquerda, as FARC-EP, e o governo. Entretanto, grupos da sociedade civil, incluindo organizações representantes de instituições religiosas e grupos de cobertura das igrejas, levantaram questionamentos relacionados à legitimidade e aos impactos dos diálogos. Essas preocupações incluem a exclusão de grupos religiosos não-Católicos e as comunidades de vítimas que esses grupos representam, de fóruns da sociedade civil. Também existem preocupações relacionadas à supervisão e verificação na verdade e no processo de justiça que é para acompanhar o acordo de paz, o qual depende de diversas confissões em troca de penas reduzidas.

O Exército de Libertação Nacional manifestou interesse em um diálogo semelhante, mas ainda não está envolvido em nenhuma negociação de paz. Ele continua a operar em todo país e parece estar fazendo incursões em áreas até então controladas pelas FARC-EP. É preocupante a existência de outro grupo guerrilheiro de esquerda, o Exército Popular de Libertação (EPL), o qual está fortemente envolvido com o tráfico de drogas e que parecia estar diminuindo as suas atividades nas últimas décadas, mas foi responsável por sete grandes deslocamentos em massa em 2015, comparado a nenhum registrado em 2014. O líder do EPL foi assassinado em outubro de 2015.

O governo do Presidente Juan Manuel Santos reconheceu oficialmente o crescimento de ameaça à segurança pelos grupos “neo-paramilitares”¹. Enquanto diversos grupos continuam a operar pelo país, o mais poderoso grupo “neo-paramilitar” da atualidade, o Urabeños”, continua a expandir e a consolidar o seu poder em regiões de todo o país. Da mesma forma que o Exército Nacional de Libertação, os grupos “neo-paramilitares” estão invadindo de modo agressivo áreas até então comandadas pelas FARC-EP. No último abril de 2013, o Centro de Inteligência Integrada da Colômbia anunciou que os Urabeños cresceram mais em termos de números dos que o Exército de Libertação Nacional, o segundo maior grupo guerrilheiro de esquerda do país.²

Em 2012, a administração do Presidente Santos iniciou uma importante legislação relacionada aos direitos das vítimas e à reforma agrária. A implementação continua inconsistente, especialmente enquanto a segurança nacional em algumas partes do país continua a piorar. Algumas vítimas e comunidades de vítimas que tentaram trabalhar junto aos programas do governo, que os auxiliariam a retornar para as suas casas, relataram sérios problemas de insegurança e contínuas ameaças de

¹ O governo refere-se a esses grupos como um “bando de criminosos” ou BANCRRIM, a fim de diferenciar estes grupos dos grupos paramilitares que supostamente desertaram o governo de Alvaro Uribe. Isso também permite que o governo negue as violações dos direitos humanos, incluindo o deslocamento forçado, cometido por estes grupos de estatísticas oficiais relativas ao conflito. No entanto, CSW e os seus parceiros internos usam o termo “grupo de neo-paramilitares” enquanto acredita que este termo descreva com mais precisão a origem desses grupos, que são em grande parte compostos e liderados por membros dos grupos paramilitares, supostamente desertores, e também destaca seu papel central como atores do conflito armado.

² InSight Crime, “Urabeños agora tem mais membros que o ENL”, 30 April 2013 www.insightcrime.org/news-briefs/urabenos-now-have-more-members-than-eln

grupos armados que influenciaram negativamente as suas possibilidades de permanência em suas terras.

De acordo com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), o número de Pessoas Deslocadas Internas (IDPs) na Colômbia diminuiu significativamente em 2015, por volta de 33%, enquanto o número de deslocamentos em massa permaneceu o mesmo comparado a 2014. Houve 166.000 deslocamentos individuais forçados; deste número, 13.950 faziam parte dos deslocamentos em massa. Grupos criminais ou “neo-paramilitares” foram responsáveis pelos 53% dos deslocamentos individuais internos, enquanto grupos guerrilheiros foram responsáveis por 47%. Notavelmente o número de deslocamentos em massa cometidos pelo ENL e pelo EPL cresceram significativamente, enquanto aqueles cometidos pelos grupos “neo-paramilitares” diminuíram levemente e o número de deslocamentos em massa provocado pelas FARC-EP caiu quase pela metade.

As entrevistas realizadas pela Christian Solidarity Worldwide com as vítimas indicam a existência de laços preocupantes entre vários grupos armados ilegais, tornando difícil, em alguns casos, identificar definitivamente qual grupo tem sido o responsável pelos deslocamentos forçados ou outras violações de direitos humanos. Em outro caso, um pastor deslocado forçadamente em 2015 mostrou ameaças recebidas por escrito à CSW, oriundas dos comandantes do ELN e das FARC-EP que operam na região, sugerindo fortemente o trabalho em conjunto de dois grupos na mesma área. Em outro caso, em outra parte do país, a CSW recebeu cópias de uma ameaça geral feita no início de 2016 contra os pastores da região; uma ameaça que aparentemente parece ter sido enviada pelos grupos “neo-paramilitares” personificando guerrilheiros. Isso pode ocasionar uma confusão, aumentando o medo da população que não sabe de onde vem essas ameaças, dificultando a sua documentação e a resposta para os casos urgentes.

4. Restrições sobre a liberdade de religião ou crença

Cristãos colombianos em algumas regiões, especificamente em zonas de conflitos e áreas controladas ou contestadas por grupos armados ilegais, continuam a experimentar violações generalizadas, de moderadas a severas, à liberdade de religião, crença e consciência. Líderes religiosos em várias dessas áreas, incluindo os departamentos de Arauca, Bolívar, Caquetá, Chocó, Cauca, Córdoba, La Guajira, Guaviare, Meta, Norte de Santander e Santander relatam que a situação geral de segurança e o respeito aos direitos humanos, incluindo a questão específica da liberdade de religião, crença e consciência, permanece ruim ou continua a se deteriorar ao longo do último ano. O diálogo de paz entre as FARC-EP e o governo ainda não resultou em uma melhora no que diz respeito à liberdade de religião, crença e consciência nas áreas sob controle das FARC-EP; ao invés, líderes de igreja relatam ameaças e ataques contínuos.

Em algumas regiões, a atividade religiosa foi proibida ou severamente restrita pelos grupos armados ilegais. As FARC-EP e o ELN em particular, têm uma longa história de perseguição a grupos religiosos ou indivíduos em áreas sob sua influência ou controle. Em alguns casos eles proibiram qualquer atividade cristã. Ao longo do curso do conflito de 50 anos, centenas de líderes de igreja que desafiaram essas restrições e continuaram a exercer seu ministério, seja abertamente ou clandestinamente, se tornaram alvos de assassinato por ambos os grupos.

Dentre esses líderes incluem-se o Reverendo Manuel Camacho, assassinado na região de Guaviare em 2009, e os pastores Humberto Mendez e Joel Cruz Garcia, ambos assassinados em Huila em 2007; todos os três pastores desafiaram declaradamente restrições das FARC-EP sobre a pregação e o evangelismo. Pastores em Arauca, Norte de Santander, sudeste de Córdoba e nordeste de Antioquia foram forçadamente removidos pelo ELN ou por grupos neo-paramilitares em 2015. No começo de 2016, a CSW entrevistou alguns desses pastores recentemente removidos no nordeste da Antioquia, Arauca, Bolívar e sudeste de Córdoba, que afirmaram que se tornaram alvos especificamente pelo grupo armado ilegal por causa de suas atividades religiosas.

Em outras áreas, não impondo uma proibição geral sobre a prática do cristianismo, os dois grupos guerrilheiros impuseram restrições severas sobre a liberdade religiosa ou de crença. Em 2013, um documento publicado na região sudeste de Putumayo pelas FARC-EP, chamado de o 'manual para a co-existência', foi vazado. Parceiros da CSW na Colômbia relatam que o manual ainda está em uso atualmente. O manual restringe a construção de capelas evangélicas na área rural e afirma que 'pastores e padres só segurarão suas massas nas igrejas nas capitais municipais'.

Padres e pastores da região que tentaram conduzir o ministério nas vilas e aldeias fora das capitais municipais foram declaradamente ameaçados ou forçadamente removidos. Restrições similares estão em efeito em outras partes do país que ainda estão sob a influência das FARC-EP, e em áreas sob o controle do ELN, incluindo Arauca, Norte de Santander, Chocó, Bolívar, Sucre, Córdoba, Cauca e Antioquia. Líderes de igreja em algumas áreas urbanas, incluindo os setores mais pobres de Medellín e Bogotá, também relatam um aumento contínuo na violência e outras violações de direitos humanos, incluindo a liberdade de religião ou crença.

Todos os grupos armados ilegais fazem de alvo especificamente líderes da sociedade civil, sobretudo líderes religiosos, tentando forçá-los a cooperar, como parte de sua estratégia de fazer comunidades inteiras sob sua autoridade e controle. Todos os grupos também impõem regras restritas proibindo o movimento livre em áreas sob seu controle ou influência. Isso resulta em infringimentos regulares sobre a liberdade de reunião e liberdade de religião para as pessoas nesses lugares. A CSW recebeu relatos de que vários grupos também tentam cooptar fundos de igreja, extorquindo igrejas e seus líderes, além de fazer reuniões compulsórias de doutrinação, onde avisam aos cristãos de que a falha em cooperar ativamente faria com que fossem considerados inimigos e alvos legítimos para assassinato.

5. Ataques contra líderes religiosos

O trabalho para um líder de igreja, seja pastor ou padre, é particularmente perigoso, e relatórios da Organização das Nações Unidas, por vários relatórios especiais, nomearam representantes da igreja como uma categoria de defensor de direitos humanos sob ameaça particular. Líderes de igrejas, especialmente em áreas rurais, de forma padrão, frequentemente possuem um papel de liderança dentro da comunidade, não somente dentro da igreja. Como mencionado previamente, centenas de líderes religiosos foram assassinados pelos grupos armados ilegais desde 2000. Somando-se a esses assassinatos seletivos, muitos mais líderes de igrejas foram forçadamente removidos, enquanto outros vivem e trabalham sob constante ameaça.

Enquanto a marcação de líderes religiosos por grupos de guerrilha de esquerda pode ser enraizada em uma antipatia ideológica à religião, também há um motivo mais prático por trás dessas violações – um motivo compartilhado por grupos neo-paramilitares. Todos esses grupos, de esquerda e de direita, operam na base de total controle social nas áreas nas quais estão presentes. A presença de uma forte igreja em ascensão, cujos membros não compartilham os valores do grupo armado ilegal, pode ser vista como uma ameaça à autoridade do grupo.

Como disse à CSW um pastor e líder de comunidade durante uma visita no início de 2016, “[os neo-paramilitares] veem a igreja como uma ameaça porque nossa igreja fortaleceu a comunidade”. Da mesma maneira, um líder de igreja que prega princípios bíblicos pode também se achar em conflito direto com um grupo armado ilegal que está pressionando a população local para colaborar passivamente ou ativamente em suas atividades ilegais e frequentemente violentas. Outros pastor, que foi recentemente forçado a fugir de uma área controlada pelo ELN, disse “é perigoso para [as guerrilhas] quando as pessoas participam da igreja. As pessoas mudam. Elas acordam e rejeitam as ideias da guerrilha. Cristãos são perigosos”.

Esse é um problema particular em vilas rurais onde a ampla comunidade frequentemente olha para líderes de igreja como líderes da comunidade, como mencionado acima. Um exemplo é o Reverendo Salvador Alcantara, que foi forçado a se esconder em vários pontos durante os últimos cinco anos, recebendo ameaças de morte de grupos neo-paramilitares ligados ao senhor de drogas Manuel Enrique Barreto, de codinome Don Pedro. Enquanto ele continua a receber ameaças, atualmente não está se escondendo e continua a trabalhar como pastor em El Garzal, uma comunidade em Bolívar. A comunidade foi repetidamente ameaçada com remoções forçadas em massa pelo Sr. Barreto, que alega que a terra é dele e de grupos neo-paramilitares. O Reverendo Alcantara afirmou publicamente em múltiplas ocasiões que ele sente ser sua obrigação como cristão e pastor de permanecer em sua comunidade e liderá-los na busca pela justiça. Pastores em outras vilas na região estão sob ameaça por razões similares.

Enquanto mais seguem, ameaças a líderes de igreja e a igrejas não são confinadas a áreas rurais. Em janeiro de 2015 um grande grupo neo-paramilitar, o Águilas Negras, publicou e circulou uma ameaça de morte que listou os nomes de 39 líderes da sociedade civil, incluindo cinco líderes protestantes denominacionais Milton Mejía, Germán Zarate e Jairo Barriga (da Igreja Presbiteriana), Fernando Sánchez (da Igreja Anglicana), e Agustín Jiménez (da Igreja Mennoite), na região da Costa Atlântica no começo de 2016. A ameaça também mencionou ‘todas as igrejas evangélicas’ nas cidades de Barranquillas e Sincelejo como alvos; essa é a primeira vez que chega ao conhecimento da CSW que um grupo neo-paramilitar fez uma

ameaça direta a igrejas em geral em uma área particular. Parceiros da CSW acreditam que a ameaça foi emitida por causa do forte ministério social, dos indivíduos e igrejas mencionadas, com vítimas do conflito armado na região, incluindo Pessoas Removidas Internamente (IDP1s).

6. Violações de liberdade de consciência

Somando-se aos atos direcionados de violência contra líderes de igreja, os cristãos em geral também pagam um preço alto por ações enraizadas em sua fé. Jovens e adultos cristãos repelem tentativas de recrutamento forçado em grupos armados ilegais por razões de consciência, e convertidos ao cristianismo que desejam deixar os grupos armados devem ficar escondidos para não serem mortos. Famílias e comunidades cristãs que resistem às demandas dos grupos armados ilegais, incluindo pagamento de dinheiro de proteção e envolvimento no comércio ilegal de droga, que acham incompatível com sua fé, frequentemente enfrentam consequências horríveis. A maioria dessas vítimas são oriundas de comunidades historicamente já marginalizadas e com pouca voz pública. Uma porcentagem significativa são os camponeses, fazendeiros de subsistência de pequena escala, vivendo em partes rurais do país, e muitos são de comunidades afro-colombianas ou indígenas.

Extorsão é prática sistemática no país, de praticamente de todos os grupos armados ilegais, e é um sério problema tanto para as igrejas quanto para membros individuais das igrejas que se tornam alvos. Durante a visita da CSW à Colômbia no início de 2016, dezenas de pastores em Arauco, Cauca, sudeste de Córdoba e nordeste de Antioquia, relataram que eles ou suas igrejas estavam sendo extorquidas por grupos armados ilegais. Líderes de igrejas que se recusam a entregar doações da igreja, pois entendem que são sagradas, frequentemente ficam sob ameaça; muitos são forçadamente removidos das comunidades como resultado da não cooperação. Um pastor expressou uma posição comum a vários outros líderes de igreja: 'Eu não vou contribuir com o dinheiro de Deus para financiar uma Guerra de 60 anos'.

Enquanto indivíduos cristãos não são frequentemente extorquidos especificamente por causa de suas crenças religiosas, essas crenças frequentemente os compele a se recusar a cumprir demandas dos grupos armados ilegais, e isso os coloca sob risco particular. Em fevereiro de 2015, um professor de 74 anos no Seminário Batista em Cali recebeu um telefonema de um homem se identificando como membro do grupo neo-paramilitar Rastrojos e exigindo 8 milhões de pesos, aproximadamente 1,700 libras, para comprar munições para o grupo. Ele disse ao professor que se houvesse recusa para pagar, ele seria considerado um alvo militar e sua família estaria sob risco de assassinato. O professor imediatamente se recusou a cooperar por causa de suas profundas convicções religiosas. Outras ligações repetiram a ameaça de assassinato e foram dadas ao professor 72 horas para deixar a cidade. Enquanto o professor tomou um ato corajoso, mas infelizmente demasiadamente raro, de preencher um formulário policial relatando o atentado de extorsão, ele e sua família foram finalmente forçados a fugir a cidade e se restabelecer em outro lugar.

Infelizmente, atores estatais colombianos são regularmente culpados de violar a liberdade de consciência. A corte constitucional emitiu numerosas regras, mais recentemente em janeiro de 2015 no caso de Reinaldo Aguirre Bernal, que afirmam que o direito à objeção de consciência por motivos religiosos ao serviço militar obrigatório é protegido pela constituição e que as práticas das forças militares de recrutamento forçado podem ser definidas como detenções arbitrárias e são proibidas tanto pela lei internacional quanto colombiana. Contudo, forças militares continuam a, rotineiramente e sistematicamente, violar esse direito, induzindo forçadamente o recrutamento de jovens homens que possuem fortes crenças religiosas que os proíbem de tomar armas. Seguindo um estudo e recomendações do Escritório Nacional de Ombudsman sobre violações recorrentes de liberdade de consciência, esforços foram feitos em 2015 para criar legislação que estabelecesse

os parâmetros legais desse direito; infelizmente, a legislação não foi aprovada no Congresso Colombiano.

Em janeiro, Oscar Suarez, um membro da igreja Mennonite, que historicamente tem mantido uma doutrina fortemente pacifista, foi arbitrariamente detido pelo Exército Nacional enquanto viajava de ônibus de Villaviencio, Meta, a Bogotá. Oficiais do exército pararam o veículo e pediram documentos de identidade e, embora não tivessem nenhum tipo de ordem administrativa ou legal, forçaram o senhor Suarez a embarcar em um caminhão do exército usado para recrutar homens sem papéis comprovando o serviço militar. O jovem homem informou ao exército que ele era um objetor consciente, um estudante universitário e um estudante de estudos religiosos (todas razões legais para o diferimento de serviço), mas foi levado contra sua vontade a uma base do exército.

Na base, oficiais militares informaram ao senhor Suarez que ele havia infringido a lei porque não havia definido sua situação militar, ignorando o fato que ele tinha voluntariamente se apresentado a uma base local em múltiplas ocasiões, sem resolução. Ele foi detido à força por um dia e obrigado a se submeter a exames médicos, declarado apto para o serviço e ameaçado com indução forçada a participar do exército. Finalmente, embora os militares continuassem a recusar reconhecer seu direito de objeção de consciência, o senhor Suarez conseguiu provar que é atualmente um estudante e foi solto por este motivo, embora seu status militar permaneça 'não definido', deixando-o vulnerável à detenção arbitrária futura e forçado ao recrutamento.

Como mencionado previamente, grupos armados ilegais também praticam recrutamento forçado de civis, e frequentemente de menores, em suas tropas. Durante a visita da CSW à Colômbia no início de 2016, líderes de igrejas de áreas onde há uma alta presença de grupos armados ilegais disseram que isso é um problema recorrente, particularmente com o ELN e com grupos neo-paramilitares, que estão pressionando jovens homens e mulheres de suas igrejas em uma tentativa de recrutá-los. A CSW também ouviu de um pastor no sudeste de Córdoba que apesar de um discurso pela liderança das FARC-EP de congelar o recrutamento, que aparentemente foi acolhido na maior parte do país, o batalhão local das FARC-EP está continuando a recrutar forçadamente jovens, incluindo pelo menos um de sua igreja.

7. Violações de liberdade religiosa em comunidades indígenas

Membros de comunidades indígenas da Colômbia continuam a sofrer violações sistemáticas de liberdade religiosa. Essas violações são largamente enraizadas em uma regra da corte constitucional de 1998 que defendeu o direito de autoridades tradicionais de impor a observação e a participação em crenças e práticas religiosas tradicionais em reservas indígenas. A mesma corte e cortes mais baixas se referiram à decisão de 1998 em casos de liberdade religiosa subsequentes, reafirmando o direito de governadores indígenas de proibir a prática de certas religiões nas reservas indígenas.

Em algumas comunidades, as autoridades tradicionais tomaram esta regra para significar que elas têm autoridade de punir aqueles que se recusam a professar ou participar em crenças tradicionais. Indivíduos e grupos que seguem religiões não-tradicionais se tornaram alvos particulares. As remoções forçadas pelas autoridades tradicionais de cristãos protestantes nas comunidades Arhuaco e Kogi, em 1998, 2007 e 2009 respectivamente, ainda não foram resolvidas. Também, ao longo do último ano, CSW continua a receber relatos de fechamentos forçados de igreja, ameaças de violência, ameaças de remoção forçada e o uso de punição corporal em indivíduos que se recusam a se reconverterem a sistemas de crença tradicionais em várias comunidades indígenas, incluindo Arhuaco, Kogi, Wounaan, Embera Kartio e Nasa.

Em 2013, sete famílias cristãs na reserva de Talaga Nasa, em Cauca, foram ameaçadas com a destruição de suas casas. A situação se agravou desde abril de 2009, com uma ordem pelas autoridades tradicionais de que as famílias deveriam ser removidas de sua terra e expulsas da comunidade. As famílias se recusaram a deixar suas casas; contudo, sua terra produtiva foi confiscada pelas autoridades locais, essencialmente privando-os de sua subsistência. Em 2012, autoridades locais fecharam forçadamente a igreja local e expropriaram todos os recursos da congregação, incluindo o valor equivalente a 500 libras, os instrumentos musicais da igreja e os utensílios de cozinha. De acordo com uma testemunha, 'esse era o objetivo: impedir de nos reunirmos ou fazermos cultos'. Quando a CSW visitou a Colômbia no início de 2016, líderes cristãos do grupo de pessoas de Nasa expressaram sua preocupação de que a situação ainda está tensa em suas reservas, com pelo menos um grande grupo de cristãos Nasa em Huila sob risco de remoção forçada.

Cristãos indígenas frequentemente ficam sob pressão, não somente das autoridades indígenas, mas de grupos armados ilegais que operam nessas reservas ou próximos a elas. Em Cauca, uma carta que circulou em toda a comunidade de Nasa dá um aviso de 15 dias antes de que o movimento entre as comunidades seja proibido, e especificamente menciona que pastores de diferentes denominações estarão sujeitos a essa proibição. A carta explicitamente diz que seus 'homens de guerra' usarão suas armas para punir aqueles que não obedecerem a ordem, e carrega o cabeçalho e a assinatura de 'vales e montes da Colômbia', dificultando a identificação de qual grupo armado ilegal está por trás das ameaças.

No sudeste de Córdoba, a CSW também entrevistou líderes cristãos do grupo de pessoas de Emberia-katio que foram forçadamente removidas de sua reserva no Nudo de Paramilly pelas FARC-EP e grupos neo-paramilitares, mas que também foram ameaçados pelos seus próprios líderes por causa de sua conversão ao cristianismo. O grupo, que vive agora como Pessoas Removidas Internamente (IDP1s) em Tierralta, não acredita que o processo de paz facilitará seu retorno a suas casas, e teme a presença crescente dos neo-paramilitares na áreas, dizendo à CSW, 'as guerrilhas estão fazendo paz, mas da forma que vejo, a paz que estão fazendo é para eles, mas a faz ser mais complicada aqui'. Eles expressaram preocupação que o governo tenha tornado impossível para eles de se registrarem como Pessoas Removidas Internamente (IDP1s) em Tierralta e não estão recebendo ajuda. Eles disseram à CSW que temem 'quando somos removidos perdemos nossa cultura, os jovens não querem mais serem indígenas, eles se tornam colombianos comuns, como você'.

8. Conclusão

A escala do conflito e o número de suas vítimas podem ser esmagadores. Contudo, quando se analisa a situação e estima-se a demografia dos homens, mulheres e crianças afetados pelo conflito, é claro que certos grupos de pessoas e comunidades são particularmente e consistentemente alvos de diferentes grupos armados. Alguns, como por exemplo membros de comunidades indígenas e afro-colombianas, são frequentemente alvos por causa de quem são e onde moram. Outros, como sindicalistas, jornalistas e defensores de direitos humanos, são alvos por causa do que fazem. Líderes cristãos e comunidades de fé, e os membros individuais dessas comunidades, são alvos no país por causa de todas essas razões. Em alguns casos, são alvos por nenhuma razão além do que acreditam. Em outros, são alvos por causa de como essas crenças se traduzem no modo em que vivem.

Apesar de algum progresso e de passos importantes em direção ao cessamento do conflito armado em 2015, violações de liberdade de religião, crença e consciência continuam a acontecer diariamente na Colômbia. Essas violações são cometidas por todas as partes no conflito armado internos, incluindo as FACR-EP, o ELN, grupos neo-paramilitares e o exército colombiano. Contudo, por causa das dificuldades e dos perigos em documentar e relatar esses casos, especialmente dentro do contexto geral e aparente liberdade de adoração dos cristãos em muitas mais partes visíveis do país, a situação é subrelatada e recebe pouca atenção.

Apesar dos riscos, membros das comunidades afetadas continuam a documentar seu sofrimento e a pedir que seus direitos humanos básicos, garantidos na constituição colombiana e sob a lei internacional, sejam respeitados. O governo colombiano e os grupos armados ilegais devem tomar passos concretos para assegurar que os direitos das vítimas sejam defendidos e que suas vozes e preocupações sejam intencionalmente incluídas no processo de paz e em qualquer acordo resultante. A comunidade internacional deve estar vigilante em responsabilizar diferentes atores no conflito, incluindo o governo colombiano.